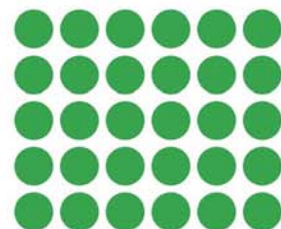




PANORAMA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO



Ministério
da Educação



Panorama da Educação do Campo

Brasília | DF
Inep | MEC
2007

Coordenação-Geral do Sistema Integrado de Informações Educacionais

Carlos Eduardo Moreno Sampaio

Coordenação de Sistematização das Informações Educacionais

Jorge Rondelli da Costa

Coordenação de Análise Estatística

Liliane Lúcia Nunes de Aranha Oliveira

Equipe Técnica

Ana Carolina Lopes Reverendo Junqueira

Ana Lúcia Pereira Ramos

Bárbara Fabiana de Sena Bezerra

Carlos Wilson Gomes de Barros

Edson Ferreira Lopes

Gustavo Sallum Fortuna

Hélio Franco Rull

Jackeline Borges Ribeiro

Jefferson Cristiano dos Santos Silva

Lídia Ferraz

Maria das Dores Pereira Rosa

Marlei Afonso de Almeida

Reynaldo Gaya Lopes dos Santos

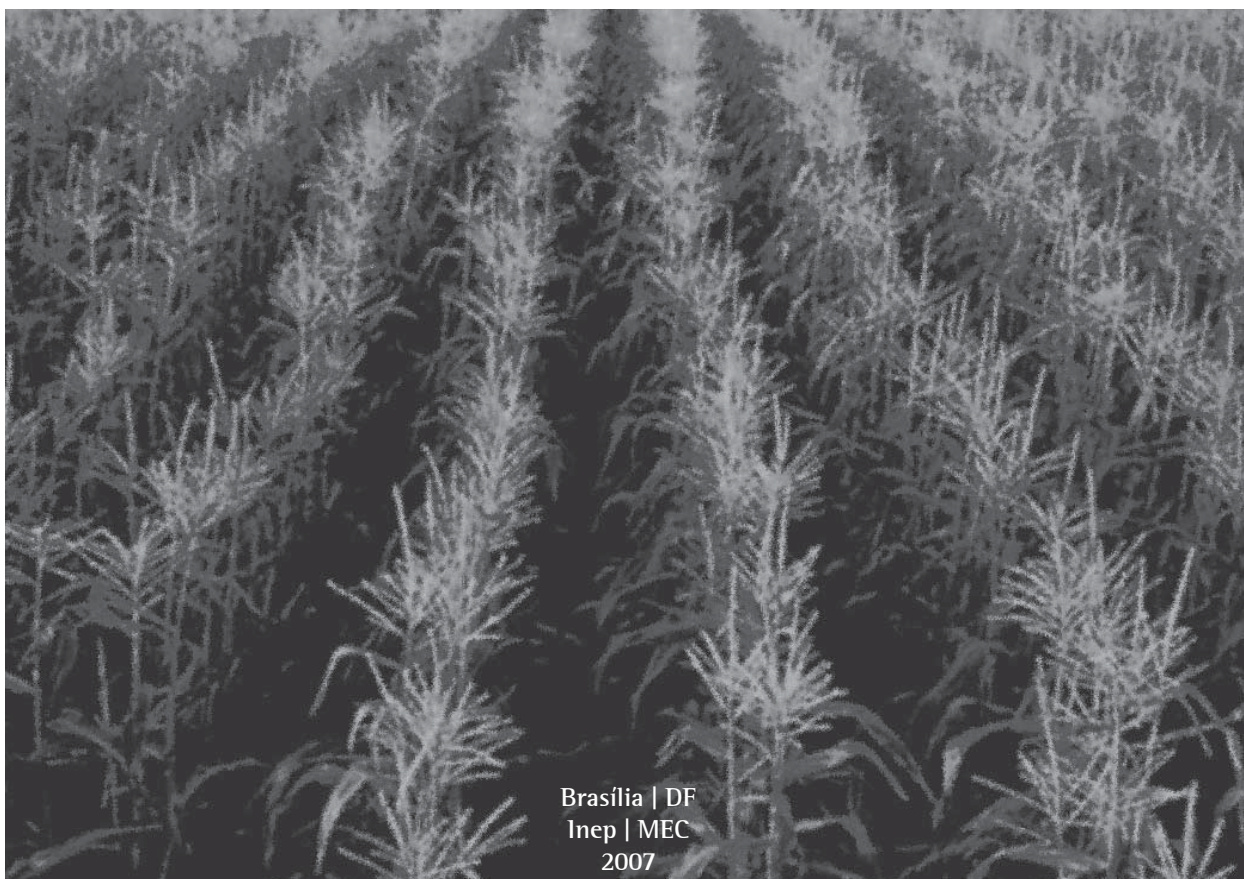
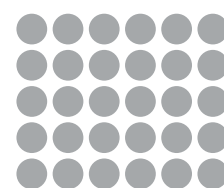
Vanessa Néspoli

Waldivino João Pereira Júnior

Colaboração: Paulino Motter e Aline Tatiane Adolphs



PANORAMA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO



Brasília | DF
Inep | MEC
2007

© Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)
É permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

COORDENAÇÃO-GERAL DE LINHA EDITORIAL E PUBLICAÇÕES

Lia Scholze

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO EDITORIAL

Rosa dos Anjos Oliveira

COORDENAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO VISUAL

Márcia Terezinha dos Reis

EDITOR EXECUTIVO

Jair Santana Moraes

REVISÃO

Antonio Bezerra Filho

PROJETO GRÁFICO, CAPA

Marcos Hartwich

DIAGRAMAÇÃO

Márcia Terezinha dos Reis

TIRAGEM

1.000 exemplares

EDITORIA

Inep/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Anexo 1, 4º Andar, Sala 418

CEP 70047-900 – Brasília-DF – Brasil

Fones: (61) 2104-8438, (61) 2104-8042

Fax: (61) 410-9441

editoria@inep.gov.br

DISTRIBUIÇÃO

Inep – Coordenação de Divulgação Institucional

Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Anexo 2, 4º Andar, Sala 414

CEP 70047-900 – Brasília-DF – Brasil

Fone: (61) 2104-9509

publicacoes@inep.gov.br

<http://www.inep.gov.br/pesquisa/publicacoes>

ESTA PUBLICAÇÃO NÃO PODE SER VENDIDA. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

A exatidão das informações e os conceitos e opiniões emitidos são de exclusiva responsabilidade dos autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Panorama da educação no campo. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

44 p. ; tab.

1. Educação rural. 2. Infra-estrutura escolar. I. Título.

CDU 37.018.523:31(81)

Sumário

1. Introdução	7
2. Contexto demográfico	11
3. Perfil socioeconômico da população rural	13
4. O acesso à educação	17
5. A qualidade do ensino	19
6. Caracterização da rede escolar	23
7. As condições de funcionamento das escolas rurais	29
8. O perfil dos professores	33
9. O transporte escolar	37
10. Conclusão	41
11. Referências bibliográficas	43

1. Introdução

As iniciativas institucionais para a criação de uma agenda pública voltada ao encaminhamento de políticas para a educação do campo, envolvendo segmentos da sociedade organizada, baseiam-se em algumas premissas fundamentais. Em 2002, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou as *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo*.

Em 2003, o Ministério da Educação instituiu um Grupo Permanente de Trabalho para tratar da questão da educação do campo, criando, assim, um espaço institucional de diálogo entre representantes dos movimentos sociais do campo e atores das três esferas de governo. O papel atribuído ao GPT é o de discutir e propor políticas públicas que efetivamente atendem às necessidades e demandas dos povos do campo, na ótica de que a educação deve ser um instrumento para o desenvolvimento sustentável do Brasil rural.

Em resposta às demandas dos movimentos sociais do campo, o Ministério da Educação, em 2004, criou uma Coordenação-Geral de Educação do Campo, integrada à nova Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad). Esta iniciativa representou a incorporação definitiva do tema na agenda educacional nacional. O mesmo despertar para a problemática da educação do campo vem ocorrendo no âmbito dos sistemas estaduais e municipais de ensino. De fato, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed) também têm colocado a educação do campo como uma das pautas de suas agendas políticas.¹

¹ É testemunha disso a iniciativa conjunta do Consed e Undime de promover um Seminário Nacional sobre Educação do Campo, realizado em Cuiabá (MT), nos dias 8 e 9 de junho de 2006.

A Coordenação-Geral de Educação do Campo ora responde pela coordenação de duas ações do Plano Plurianual (PPA), ambas pertencentes ao Programa de Educação para a Diversidade e Cidadania, que tem como beneficiários segmentos da população residente no campo. A Ação 0946 – Apoio à Educação do Campo – disponibiliza anualmente, por meio de Resoluções publicadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), apoio técnico e financeiro para capacitação de profissionais das escolas do campo e material didático específico para educação do campo. A Ação 0B82, por sua vez, destina-se a apoiar de forma integrada a elevação da escolaridade com qualificação social e profissional e destina-se a jovens e adultos agricultores familiares.

É consenso que a análise e o encaminhamento adequado das demandas educacionais das comunidades do campo passam necessariamente pela reflexão e entendimento do seu modo de vida, dos seus interesses, das suas necessidades de desenvolvimento e dos seus valores específicos. É fundamental que seja levada em conta a riqueza de conhecimentos que essas populações trazem de suas experiências cotidianas. Uma iniciativa do MEC que atende essas especificidades é o Programa *Saberes da Terra*, que tem como objetivo estimular e apoiar o fortalecimento e ampliação das iniciativas de acesso e permanência de jovens do campo no sistema formal de ensino, oferecendo oportunidades de elevação de escolaridade e qualificação social e profissional.²

A literatura recente sobre o tema mostra a emergência do conceito de *educação do campo*, que se contrapõe à visão tradicional de *educação rural*. A expressão “do campo” é utilizada para designar um espaço geográfico e social que possui vida em si e necessidades próprias, como “parte do mundo e não aquilo que sobra além das cidades”. O campo é concebido enquanto espaço social com vida, identidade cultural própria e práticas compartilhadas, socializadas por aqueles que ali vivem.

Nessa ótica, a transformação da educação do campo requer mais do que a melhoria física das escolas ou a qualificação dos professores; ela implica, necessariamente, um currículo escolar baseado na vida e valores de sua população, a fim de que o aprendizado também possa ser um instrumento para o desenvolvimento do meio rural.

Os diagnósticos da educação do campo têm apontado como principais questões:

- ✓ a insuficiência e a precariedade das instalações físicas da maioria das escolas;
- ✓ as dificuldades de acesso dos professores e alunos às escolas, em razão da falta de um sistema adequado de transporte escolar;
- ✓ a falta de professores habilitados e efetivados, o que provoca constante rotatividade;
- ✓ currículo escolar que privilegia uma visão urbana de educação e desenvolvimento;
- ✓ a ausência de assistência pedagógica e supervisão escolar nas escolas rurais;
- ✓ o predomínio de classes multisseriadas com educação de baixa qualidade;
- ✓ a falta de atualização das propostas pedagógicas das escolas rurais;
- ✓ baixo desempenho escolar dos alunos e elevadas taxas de distorção idade-série;

² Este programa, coordenado pela Secad, é resultado de uma parceria entre os ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Agrário. Sua implementação vem se dando em colaboração com secretarias estaduais e municipais de Educação e outros parceiros locais. Mais informações estão disponíveis no sítio do MEC: <http://portal.mec.gov.br/secad>

- ✓ baixos salários e sobrecarga de trabalho dos professores, quando comparados com os dos que atuam na zona urbana;
- ✓ a necessidade de reavaliação das políticas de nucleação das escolas;
- ✓ a implementação de calendário escolar adequado às necessidades do meio rural, que se adapte à característica da clientela, em função dos períodos de safra.

A legislação educacional vigente atenta para estes aspectos, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) e o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001).

A socialização das iniciativas que vêm sendo conduzidas pela Escola Ativa (Fundescola/ MEC), pelas Escolas Famílias Agrícolas e Casas Familiares Rural (Ceffas), pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), pelo Movimento de Educação de Base (MEB) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), entre outras instituições, certamente deverá ser considerada no estabelecimento de ações para a superação dos problemas relativos à educação do campo. Estas experiências constituem a base para a construção de uma política de educação do campo.

Dessa forma, algumas premissas se apresentam como fundamentais neste momento de reflexão, discussão e encaminhamento das questões:

- i. a educação básica no meio rural deve ter por objetivo principal a oferta de uma educação de qualidade que assegure o direito do aluno ao acesso e permanência na escola;
- ii. a educação a ser oferecida no campo deve ter o caráter universal, porém contextualizada de acordo com as especificidades do meio, na perspectiva de sua valorização cultural; e
- iii. a educação no meio rural deve proporcionar aos alunos oportunidades de prosseguimento dos estudos, inserção no mundo do trabalho e ampliação dos padrões de cidadania da população rural.

Este texto buscou organizar alguns dados recentemente levantados pelo IBGE e pelo Inep, que permitem uma radiografia do meio rural e das escolas ali localizadas, visando a orientação das políticas a serem estabelecidas. A primeira parte do texto situa a condição socioeconômica do Brasil rural, quantificando a sua população, em termos de capital físico (rendimento) e capital sociocultural (escolaridade e frequência escolar).

Em seguida é apresentado um perfil da rede de ensino e das condições de oferta educacional na zona rural, destacando aspectos como: tamanho da rede, matrícula, níveis de ensino ofertados, infra-estrutura, recursos humanos, fluxo dos alunos e desempenho escolar. Na última parte são feitas algumas considerações relevantes, como forma de reforçar a idéia de que as políticas a serem estabelecidas para a educação do campo devem considerar questões específicas da realidade rural, sendo capazes de promover um desenvolvimento sustentável.

2. Contexto demográfico

Os dados mais recentes sobre a distribuição espacial da população brasileira, fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), de 2004, realizada pelo IBGE, mostraram que a tendência de urbanização está sendo mantida, embora tenha se desacelerado nos últimos anos. Conforme mostra o Gráfico 1, a proporção de pessoas residindo na zona rural declinou de 32%, em 1980, para 17% em 2004, ou seja, uma redução de quase 50% no último quarto de século. Contudo, este percentual representa um expressivo contingente de 30,8 milhões de pessoas – número não muito distante da população total da Argentina, que é de cerca de 38,3 milhões de habitantes.

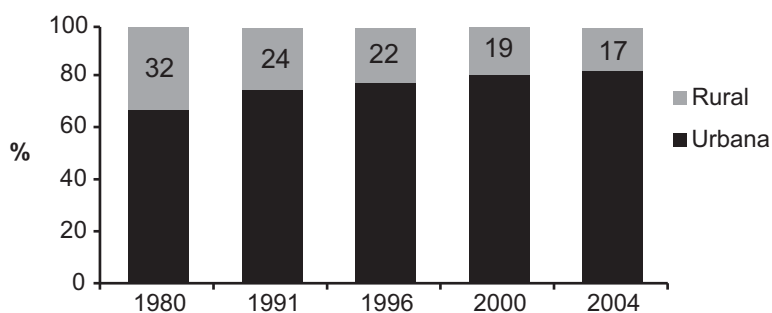


Gráfico 1 – Participação da população residente segundo a localização do domicílio Brasil – 1980-2004

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1980, 1991, 2000; Contagem 1996, Pnad 2004.

Os índices urbano/rural apresentam acentuadas variações regionais (Tabela 1). Na Região Sudeste, 92% da população reside em áreas urbanas e apenas 8% na área rural, de acordo com a Pnad 2004. Em contraste, nas Regiões Nordeste e Norte, mais de um quarto da população permanece no campo. A taxa de urbanização na Região Sul está um pouco acima da média nacional, com 82% da sua população vivendo nas áreas urbanas e 18% na zona rural. O Centro-Oeste é a segunda região mais urbanizada do País, com 86,3% da sua população concentrada nas cidades e 13,7% na zona rural.

Tabela1 – População residente segundo a localização do domicílio – Brasil e Grandes Regiões – 2000/2004

Regiões Geográficas	População Residente					
	Total		Urbana (%)		Rural (%)	
	2000	2004	2000	2004	2000	2004
Brasil	169.799.170	182.048.755	81,2	83,0	18,8	16,9
Norte	12.900.704	14.433.086	69,9	73,5	30,1	25,8
Nordeste	47.741.711	50.531.578	69,1	71,5	30,9	28,5
Sudeste	72.412.411	77.572.612	90,5	92,0	9,5	7,9
Sul	25.107.616	26.695.087	80,9	82,0	19,1	18,0
Centro-Oeste	11.636.728	12.816.392	86,7	86,3	13,3	13,7

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000 e Pnad 2004. Tabela elaborada pela DTDIE.

No entanto, se considerarmos como critérios de ruralidade a localização dos municípios, o tamanho da sua população e a sua densidade demográfica, conforme propõe Veiga (2001), entre os 5.560 municípios brasileiros, 4.490 deveriam ser classificados como rurais. Ainda de acordo com este novo critério, a população essencialmente urbana seria de 58% e não de 81,2%, e a população rural corresponderia a, praticamente, o dobro da oficialmente divulgada pelo IBGE, atingindo 42% da população do País. Dessa forma, focando o universo essencialmente rural sugerido pela proposta do pesquisador, é possível identificar em torno de 72 milhões de habitantes na área rural.

3. Perfil socioeconômico da população rural

Considerando os dados oficiais, os cerca de 30,8 milhões de brasileiros que residem no campo encontram-se em franca desvantagem, tanto em termos de capital físico (recursos financeiros) quanto de capital sociocultural (escolaridade e freqüência à escola), em comparação aos seus concidadãos que residem na área urbana (Gráfico 2 e Tabela 2).

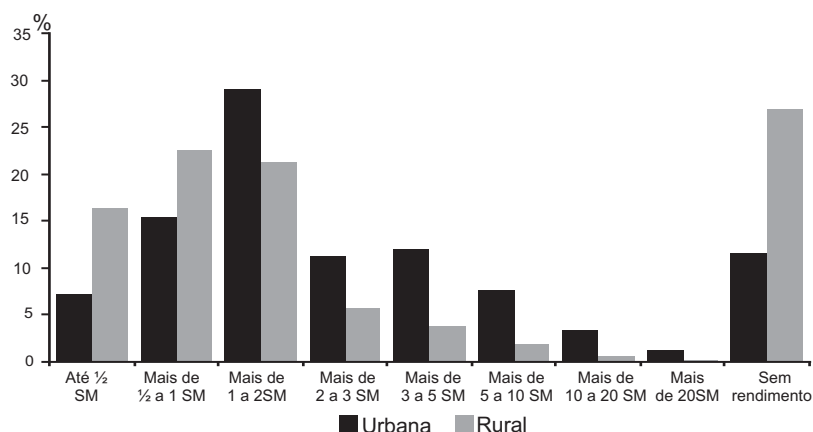


Gráfico 2 – Distribuição percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas, por categoria de rendimento real médio e situação do domicílio – Brasil – 2004

No que se refere ao capital físico, a desigualdade de oportunidades fica evidenciada ao se comparar o rendimento real médio mensal da população economicamente ativa de 10 anos ou mais de idade residente na área rural com o da zona urbana. Enquanto na zona rural apenas 6,6%

apresentam rendimento médio acima de 3 SM, na zona urbana, nessa mesma faixa de renda, concentram-se 24,2%. Na categoria de “sem rendimento” estão 27% da população residente na zona rural, enquanto na zona urbana esse contingente corresponde a menos da metade desse percentual (Gráfico 2). Para a análise desses valores, é importante considerar que, no meio rural, diferentemente do que ocorre no meio urbano, a subsistência não se encontra tão fortemente vinculada ao rendimento salarial, em função das possibilidades locais.

A diversidade regional também caracteriza o Brasil Rural (Tabela 2). Enquanto na Região Sul a faixa de rendimento acima de 3 SM concentra 13,6% da população rural, na Região Nordeste este percentual corresponde a 1,6%. A condição desfavorável da Região Nordeste fica mais evidente ao se verificar que mais de ¾ da população rural tem rendimento médio inferior a 1 SM.

Tabela 2 – Número de pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas, por categoria de rendimento real médio e situação do domicílio – Brasil e Regiões Geográficas – 2004

Brasil e Região Geográfica	Situação do domicílio	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas										
		Total	Classe de rendimento									
			Até 1/2 SM	Mais de 1/2 a 1 SM	Mais de 1 a 2 SM	Mais de 2 a 3 SM	Mais de 3 a 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 a 20 SM	Mais de 20 SM	Sem rendimento	Sem declaração
Brasil	Urbana	75.741.787	7,1	15,4	28,9	11,2	12,0	7,7	3,3	1,2	11,6	1,6
	Rural	17.118.341	16,3	22,5	21,2	5,6	3,9	1,9	0,6	0,2	27,0	0,9
Norte	Urbana	4.897.374	7,1	21,5	29,6	10,2	9,6	5,7	2,1	0,7	12,8	0,7
	Rural	2.030.855	8,9	21,4	22,2	6,1	5,2	2,3	0,6	0,4	32,5	0,5
Nordeste	Urbana	17.014.318	16,0	24,3	25,0	6,5	6,2	3,9	1,8	0,7	14,7	1,0
	Rural	7.600.656	25,2	25,7	15,9	2,7	1,0	0,5	0,1	0,0	27,8	1,1
Sudeste	Urbana	36.325.549	4,2	11,7	29,2	12,9	14,1	9,0	3,9	1,3	11,2	2,6
	Rural	3.345.441	10,6	24,2	28,0	7,8	5,1	2,6	0,7	0,4	19,8	0,9
Sul	Urbana	11.821.370	4,3	11,8	31,6	13,5	14,7	9,5	3,9	1,4	8,7	0,7
	Rural	3.142.846	8,3	15,6	23,3	8,9	7,7	4,1	1,5	0,3	29,6	0,6
Centro Oeste	Urbana	5.683.176	4,9	15,0	32,7	11,4	12,2	8,0	3,9	1,9	9,6	0,4
	Rural	998.543	7,4	16,9	29,7	9,5	6,5	3,1	0,9	0,4	25,1	0,4

Fonte: IBGE - PNAD 2004 (tabela 1867 do SIDRA); Tabela elaborada pela DTDIE.

À semelhança do que demonstra a comparação do rendimento médio da população brasileira quando considerada sob o recorte da localização rural/urbana, os indicadores educacionais demonstram significativas diferenças que se configuram sempre em prejuízo da educação oferecida às populações residentes nas áreas rurais, ainda que se considere os problemas relacionados à qualidade da educação pública do meio urbano.

Do ponto de vista do capital sociocultural, o nível de instrução e o acesso à educação da população rural são importantes indicadores da desigualdade existente entre as zonas rural e urbana. Os dados da Pnad 2004 mostram que a escolaridade média da população de 15 anos ou mais que vive na zona rural (4 anos) corresponde a quase metade da estimada para a população urbana (7,3 anos), ficando evidente a necessidade de ações efetivas para a diminuição dessa disparidade (Tabela 3).

As diferenças em termos de escolaridade média das populações rural e urbana são acentuadas em todas as regiões do País. Mesmo na Região Sul, que apresenta a maior média de anos de estudo para a população rural (5 anos), prevalece um hiato de 2,7 anos de estudo em relação à população urbana. O quadro é mais crítico no Nordeste, onde a população rural com 15 anos ou mais tem em média 3,1 anos de estudo, o que equivale a menos da metade da escolaridade média da população urbana (6,3 anos).

Se considerarmos que o aumento de um ano de estudo para o conjunto da população leva em torno de uma década, mantido o padrão histórico, a população rural levaria mais de 30 anos

para atingir o atual nível de escolaridade da população urbana. Isso dá uma medida da brutal disparidade existente entre as populações urbana e rural em termos de escolaridade.

Tabela 3 – Número médio de anos de estudos da população de 15 anos ou mais – Brasil e Grandes Regiões – 2001/2004

Regiões Geográficas	Anos de Estudos					
	Total		Rural		Urbana	
	2000	2004	2000	2004	2000	2004
Brasil	6,4	6,8	3,8	4,0	6,9	7,3
Norte	5,6	6,2	3,3	4,0	6,5	6,9
Nordeste	5,2	5,5	3,2	3,1	6,0	6,3
Sudeste	7,1	7,5	4,5	4,7	7,3	7,7
Sul	6,8	7,2	4,9	5,0	7,3	7,7
Centro-Oeste	6,6	7,0	4,2	4,7	6,9	7,4

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000 e Pnad 2004. Tabela elaborada pela DTDIE.

A incidência de analfabetismo oferece outra medida da fragilidade educacional em que se encontra a população rural. Os índices de analfabetismo do Brasil, que permanecem bastante elevados, são ainda mais preocupantes na área rural. Segundo dados da Pnad 2004, 29,8% da população adulta³ da zona rural é analfabeta, enquanto na zona urbana essa taxa é de 8,7%. É importante ressaltar que a taxa de analfabetismo aqui considerada não inclui os analfabetos funcionais, ou seja, aquela população com menos que as quatro séries do ensino fundamental (Tabela 4).

Tabela 4 – Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais por situação do domicílio – Brasil e Grande Regiões – 2000/2004

Regiões Geográficas	Taxa de Analfabetismo (%)					
	Total		Rural		Urbana	
	2000	2004	2000	2004	2000	2004
Brasil	13,6	11,4	10,3	8,7	29,8	25,8
Norte	16,3	12,7	11,2	9,7	29,9	22,2
Nordeste	26,2	22,4	19,5	16,8	42,7	37,7
Sudeste	8,1	6,6	7,0	5,8	19,3	16,7
Sul	7,7	6,3	6,5	5,4	12,5	10,4
Centro-Oeste	10,8	9,2	9,4	8,0	19,9	16,9

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000 e Pnad 2004. Tabela elaborada pela DTDIE.

Mais uma vez ficam evidentes os acentuados desníveis regionais. A Região Nordeste, que, como vimos, detém a maior proporção da população residindo na zona rural (28,5%), também concentra o maior índice de analfabetismo entre as pessoas com 15 anos ou mais que vivem no campo (37,7%). Em contraste, a Região Sul se destaca com o menor percentual de analfabetismo da população rural (10,4%). Todavia, mesmo nesta região, a proporção de analfabetos é bem menor entre a população urbana (5,4%).

³ De 15 anos ou mais.

4. O acesso à educação

Com uma taxa de atendimento de 97,1% para a população de 7 a 14 anos e uma taxa de frequência líquida de 93,8% no ensino fundamental para essa mesma faixa etária, o acesso, em termos nacionais, encontra-se bastante próximo da universalização (Tabela 5).

As variações regionais são relativamente moderadas no que tange às taxas de atendimento e de frequência líquida no ensino fundamental, sobretudo em relação à população urbana. As Regiões Norte e Nordeste apresentam as menores taxas de escolarização líquida na faixa de 7 a 14 anos – 92,1% e 91,6%, respectivamente.

Considerando apenas a população rural, essas taxas caem ligeiramente: para 90,6% no Norte e 89,7% no Nordeste. É interessante notar que, nas demais regiões, as taxas de escolarização



Tabela 5 – Taxa de frequência líquida ao Ensino Fundamental e taxa de frequência à escola na faixa de 7 a 14 anos por situação do domicílio – Brasil e Grandes Regiões – 2000/2004

Regiões Geográficas	Taxa de frequência líquida no Ensino Fundamental (%)						Taxa de frequência à escola na faixa de 7 a 14 anos (%)					
	Total		Urbana		Rural		Total		Urbana		Rural	
	2000	2004	2000	2004	2000	2004	2000	2004	2000	2004	2000	2004
Brasil	89,5	93,8	91,4	94,4	83,0	91,6	90,5	97,1	92,4	97,5	83,5	95,5
Norte	83,1	92,1	89,4	92,8	70,9	90,6	86,0	94,9	91,2	95,8	74,3	93,0
Nordeste	87,1	91,6	89,5	92,5	82,5	89,7	89,4	96,1	91,1	96,5	86,1	95,2
Sudeste	91,8	95,4	92,4	95,5	87,6	94,4	92,3	98,1	93,5	98,2	82,3	96,7
Sul	92,7	95,5	93,3	95,4	90,5	95,6	90,8	97,8	92,4	97,9	84,8	97,5
Centro-Oeste	90,1	94,2	91,1	94,4	84,2	92,6	91,0	97,2	92,5	97,5	81,0	95,4

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000 e Pnad 2004. Tabela elaborada pela DTDIE.

líquida para a população rural de 7 a 14 anos são equivalentes ou superiores às taxas alcançadas pela população urbana do Norte e do Nordeste.

Situação bem diversa é observada no grupo etário de 15 a 17 anos, que corresponde à idade adequada para o ensino médio. Nesta faixa etária, de acordo com a Pnad 2004, a taxa nacional de frequência à escola alcança 81,9%. Para a população rural, no entanto, este índice é cerca de dez pontos percentuais inferior (71,8%).

Nota-se que houve um significativo progresso nos últimos quatro anos. Em termos nacionais, o índice de frequência à escola na faixa de 15 a 17 anos aumentou de 69,8% para 81,9%, de 2000 a 2004. Avanço ainda mais notável, em termos percentuais, foi observado no meio rural, onde a taxa de frequência à escola saltou de 55,9% para 71,8% no mesmo período (Tabela 6).

Tabela 6 – Taxa de frequência líquida ao Ensino Médio e taxa de frequência à escola na faixa de 15 a 17 anos por situação do domicílio – Brasil e Grandes Regiões – 2000/2004

Regiões Geográficas	Taxa de frequência líquida no Ensino Médio (%)						Taxa de frequência à escola na faixa de 15 a 17 anos (%)					
	Total		Urbana		Rural		Total		Urbana		Rural	
	2000	2004	2000	2004	2000	2004	2000	2004	2000	2004	2000	2004
Brasil	34,4	44,4	39,8	49,4	13,6	22,1	69,8	81,9	73,3	84,2	55,9	71,8
Norte	19,2	27,5	25,2	32,6	4,8	13,5	65,5	78,6	73,3	81,8	45,4	69,6
Nordeste	18,9	27,9	25,2	34,9	5,8	11,6	69,6	78,9	73,8	82,5	60,6	70,6
Sudeste	46,3	58,0	49,0	60,0	24,0	35,1	72,5	85,4	74,7	86,8	53,0	69,4
Sul	45,7	53,4	48,5	54,6	34,6	48,2	65,7	81,7	68,3	82,2	54,5	79,9
Centro-Oeste	34,4	44,9	37,2	47,2	15,4	29,2	69,0	79,9	71,8	80,7	49,4	74,3

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000 e Pnad 2004. Tabela elaborada pela DTDIE.

Muito embora as áreas rurais das Regiões Norte e Nordeste apresentem as maiores elevações na taxa de frequência líquida do ensino médio, essas áreas permanecem com os percentuais mais baixos de atendimento para este nível de ensino, quando comparadas às demais localidades.

No entanto, quando considerada a taxa de frequência líquida no ensino médio, a situação apresenta-se muito precária em todo o País. Menos da metade dos jovens de 15 a 17 anos estão cursando o ensino médio. Na área rural, o quadro é ainda mais crítico: pouco mais de um quinto dos jovens nessa faixa etária estão freqüentando o ensino médio. No Nordeste, somente 11,6% dos jovens de 15 a 17 anos que residem na área rural freqüentam o ensino médio. Apenas as duas regiões mais desenvolvidas do País, Sul e Sudeste, já alcançaram taxas de escolarização líquida superior a 35% nesta faixa etária.

Mas mesmo nessas regiões prevalecem acentuadas discrepâncias entre as populações urbana e rural. Na Região Sudeste, 60% dos jovens urbanos de 15 a 17 anos estão no ensino médio, índice que se reduz para 35,1% entre os jovens do campo na mesma faixa etária. Na Região Sul os percentuais são 54,6% e 48,2%, respectivamente.

5. A qualidade do ensino

Outra questão crucial a ser considerada é o fraco desempenho escolar na educação básica, que contribui para a persistência de altas taxas de abandono e de evasão. Alguns especialistas argumentam que o desempenho escolar é o resultado da combinação de dois fatores: o capital sociocultural que os alunos trazem e a qualidade da oferta do ensino.

Diante da debilidade do capital sociocultural da população do campo, decorrente do desamparo histórico a que vem sendo submetida, e que se reflete nos altos índices de analfabetismo, a oferta de um ensino de qualidade se transforma numa das ações prioritárias para o resgate social dessa população. A educação, isoladamente, pode não resolver os problemas do campo e da sociedade, mas é um dos caminhos para a promoção da inclusão social e do desenvolvimento sustentável.

A situação insatisfatória da educação básica na zona rural pode ser analisada a partir da taxa de distorção idade-série, que revela o nível do desempenho escolar e a capacidade do sistema educacional de manter a frequência do aluno em sala de aula. Se a falta de sincronismo idade-série é um problema ainda a ser superado nas escolas urbanas, o quadro na zona rural se apresenta agravado.

O problema se manifesta desde as séries iniciais do ensino fundamental, que apresentam uma elevada distorção idade-série, com cerca de 41,4 % dos seus alunos com idade superior à adequada. Esta questão reflete-se nas demais séries, fazendo com que esses alunos cheguem às séries finais do ensino fundamental com uma defasagem ainda maior, de 56%. O ensino médio registra uma distorção idade-série ainda mais elevada, que chega a 59,1% dos alunos da área rural (Gráfico 3).

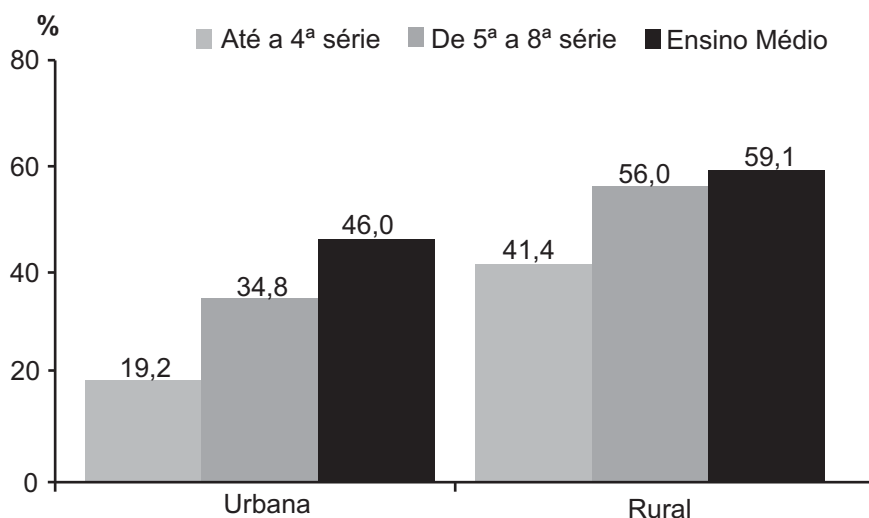


Gráfico 3 – Taxa de distorção idade-série por nível de ensino e localização – Brasil – 2005

A distorção idade-série apresenta grandes diferenças entre as regiões do País, com destaque para o Norte e Nordeste, que exibem taxas de 53,7% e 44,5%, respectivamente, nas séries iniciais, e de 65,2% e 63,4% nas séries finais do ensino fundamental rural. A Região Sul apresenta taxas de distorção idade-série de 15% para as séries iniciais do ensino fundamental e de 31,5% para o ensino médio (Tabela 7). Esses dados confirmam um cenário já conhecido de acentuadas disparidades regionais no que concerne aos indicadores de desenvolvimento educacional.

Da comparação entre as taxas de distorção idade-série por localização, sobressai a acentuada diferença entre as áreas rurais e urbanas no ensino fundamental, diferença que se minimiza de forma significativa no ensino médio. É preciso lembrar, no entanto, a baixa cobertura do ensino médio nas áreas rurais do País.

Tabela 7 – Taxa de Distorção idade-série por nível de ensino e localização – Brasil e Grandes Regiões – 2000/2005

Regiões Geográficas	Taxa de distorção idade-série											
	Ensino Fundamental								Ensino Médio			
	Até a 4ª série				De 5ª a 8ª série							
	Urbana		Rural		Urbana		Rural		Urbana		Rural	
	2000	2005	2000	2005	2000	2005	2000	2005	2000	2005	2000	2005
Brasil	29,0	19,2	56,3	41,4	47,5	34,8	66,5	56,0	54,8	46,0	63,1	59,1
Norte	43,6	30,6	63,5	53,7	62,4	46,6	76,9	65,2	73,3	65,6	76,7	73,1
Nordeste	48,0	30,8	63,1	44,5	67,6	52,0	79,7	63,4	70,8	64,4	76,7	71,6
Sudeste	15,9	11,8	35,0	23,8	35,7	24,0	53,2	38,4	48,3	34,9	54,4	43,6
Sul	15,3	11,5	20,4	15,0	31,1	23,8	36,6	27,5	39,9	29,7	39,9	31,5
Centro-Oeste	26,9	18,4	41,8	31,4	53,1	36,4	63,0	48,9	57,4	44,1	57,7	53,6

Fonte: MEC/Inep. Tabela elaborada pela DTDIE.

Os resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) sobre o rendimento escolar refletem de forma ampliada as desigualdades entre a educação do campo e a da cidade. A proficiência média dos alunos de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática é inferior ao desempenho dos alunos da área

urbana em torno de 20% (Tabela 8).⁴ Porém, conforme sugere Cano (2003), a comparação do desempenho alcançado pelos alunos de escolas urbanas e de escolas rurais deve ser problematizada. Analisando os resultados dos Estados de Minas Gerais e Paraná, ele confirmou o desnível no desempenho dos alunos das escolas rurais.

No entanto, observando os fatores associados ao menor desempenho dos alunos da zona rural, verificou que este resultado está diretamente relacionado às condições socioeconômicas e capital social mais desfavoráveis destas populações. Quando essas condições são controladas (igualadas ao grupo urbano), o desempenho dos alunos rurais é igual ou até ligeiramente superior ao desempenho do grupo de alunos da área urbana.

Todavia, como o desempenho dos alunos na área urbana está longe de ser considerado satisfatório, conforme atestam os relatórios do Saeb, pode-se dizer que o desempenho nas áreas rurais é igualmente insatisfatório.

Tabela 8 – Proficiência em Língua Portuguesa e Matemática na 4ª e 8ª série do Ensino Fundamental por localização – Brasil – Saeb/2001

Localização	Ensino Fundamental			
	Língua Portuguesa		Matemática	
	4ª série	8ª série	4ª série	8ª série
Urbano	168,3	235,2	179,0	243,4
Rural	134,0	198,9	149,9	202,5
Varição	25,6%	18,3%	19,4%	20,2%

Fonte: MEC/Inep – Saeb/2001.

⁴ O Saeb não inclui em sua amostra as escolas multisseriadas.

6. Caracterização da rede escolar

A rede de ensino da educação básica da área rural, de acordo com os dados levantados no Censo Escolar 2005, é constituída por 96.557 estabelecimentos de ensino, o que representa cerca de 50% das escolas do País (207.234). Ela atende a 5.799.387 alunos no ensino fundamental, que representam 17,3% da matrícula nacional nesse nível, e oferece, prioritariamente, as séries iniciais do ensino fundamental.

De fato, 71,5% dos alunos em escolas rurais de ensino fundamental estão matriculados de 1ª a 4ª série. As séries finais (de 5ª a 8ª) atendem 1.652.749 alunos (28,5%). A oferta de ensino médio é bastante limitada na zona rural. De acordo com o Censo Escolar 2005, as 1.377 escolas rurais de ensino médio atendiam 206.905 alunos, o equivalente a 2,5% da matrícula nacional nesse nível de ensino (Tabela 9).

Tabela 9 – Número de estabelecimentos de ensino e de matrículas por localização segundo o nível/modalidade de ensino – Brasil – 2005

Nível/Modalidade de Ensino	Estabelecimento			Matrícula		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Total	207.234	110.677	96.557	55.764.359	48.116.621	7.647.738
-Creche	32.296	27.572	4.724	1.414.343	1.307.199	107.144
-Pré-Escola	105.616	59.600	46.016	5.790.670	4.955.111	835.559
-Ensino Fundamental	162.727	72.314	90.413	33.534.561	27.735.174	5.799.387
- 1ª a 4ª	150.023	61.068	88.955	18.465.505	14.318.867	4.146.638
- 5ª a 8ª	57.716	41.952	15.764	15.069.056	13.416.307	1.652.749
-Ensino Médio	23.561	22.184	1.377	9.031.302	8.824.397	206.905
-Educação Especial	7.053	6.814	239	378.074	373.340	4.734
-Educação de Jovens e Adultos	45.433	24.959	20.474	5.615.409	4.921.400	694.009

Fonte:MEC/Inep.Tabela elaborada pela DTDIE.

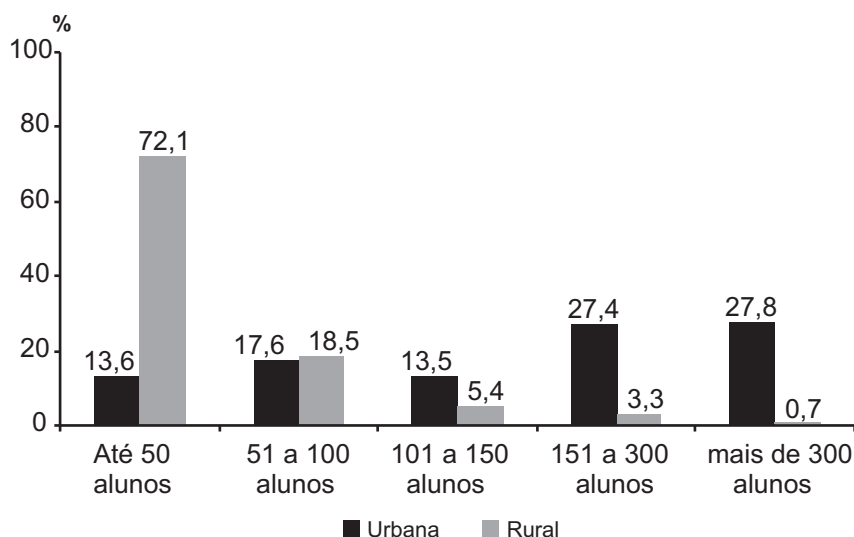


Gráfico 4 – Percentual de estabelecimentos que oferecem o ensino fundamental – 1ª a 4ª série por tamanho da escola e localização – Brasil – 2005

O número de estabelecimentos e de matrículas do ensino fundamental de 1ª a 4ª série da área rural apresentou tendência de queda no período 2000/2005. Isso sugere melhoria no fluxo escolar, com a progressão dos alunos para as séries posteriores. Também pode ser o resultado da política de nucleação e reorganização da rede escolar adotada pelos municípios, sugerindo a transferência do atendimento desses alunos para escolas urbanas, decorrente do incentivo dos programas de transporte escolar (Tabela 10).

Tabela 10 – Estabelecimentos e de matrículas por localização segundo o nível de ensino e tamanho da escola – Brasil – 2000/2005

Nível de ensino/Tamanho da escola	Urbana				Rural			
	Estabelecimento		Matrícula		Estabelecimento		Matrícula	
	2000	2005	2000	2005	2000	2005	2000	2005
Ens. Fundamental - 1ª a 4ª	60.849	61.068	14.896.653	14.318.867	110.853	88.955	5.314.853	4.146.638
Até 50 alunos	9.233	8.323	268.221	255.087	78.076	64.097	1.974.642	1.562.184
51 a 100 alunos	9.480	10.756	703.035	800.995	21.971	16.454	1.518.489	1.142.068
101 a 150 alunos	7.459	8.233	927.938	1.020.456	6.323	4.803	761.474	577.905
151 a 300 alunos	16.323	16.761	3.583.834	3.656.896	3.740	2.945	746.119	585.693
mais de 300 alunos	18.354	16.995	9.413.625	8.585.433	743	656	314.129	278.788
Ens. Fundamental - 5ª a 8ª	37.734	41.952	14.392.191	13.416.307	11.012	15.764	1.114.251	1.652.749
Até 50 alunos	3.279	3.555	94.007	106.913	4.134	5.440	95.143	145.431
51 a 100 alunos	4.253	5.504	320.963	416.558	2.935	4.669	215.899	342.658
101 a 150 alunos	3.692	4.858	460.162	605.264	1.694	2.418	206.988	294.482
151 a 300 alunos	8.084	10.388	1.784.365	2.284.617	1.683	2.385	344.988	491.527
mais de 300 alunos	18.426	17.647	11.732.694	10.002.955	566	852	251.233	378.651
Ensino Médio	18.777	22.184	8.093.173	8.824.397	679	1.377	99.775	206.905
Até 50 alunos	1.592	1.825	47.389	56.628	149	290	4.779	9.166
51 a 100 alunos	2.401	2.872	181.826	216.385	191	378	14.272	28.098
101 a 150 alunos	2.152	2.397	268.196	297.440	144	258	17.663	31.808
151 a 300 alunos	4.040	4.848	877.904	1.062.772	120	285	25.181	59.300
mais de 300 alunos	8.592	10.242	6.717.858	7.191.172	75	166	37.880	78.533

Fonte: MEC/Inep. Tabela elaborada pela DTDIE.

Para as séries finais (5ª a 8ª série) do ensino fundamental, a distribuição percentual do número de estabelecimentos de ensino segundo o número de alunos atendidos permaneceu praticamente inalterada para os anos de 2000 e 2005, concentrando cerca de 63% dos estabelecimentos na categoria daqueles com mais de 50 alunos. Quanto às matrículas nesta tipologia de estabelecimento (mais de 50 alunos), o número passou de 1.019.108 alunos, em 2000, para

1.507.318, em 2005. Este expressivo crescimento da matrícula veio acompanhado de um aumento da capacidade física da rede escolar na área rural, indicado pela expansão do número de estabelecimentos de ensino. A ampliação da matrícula reflete a melhoria do fluxo escolar nas séries iniciais do ensino fundamental (Tabela 10 e Gráfico 5).

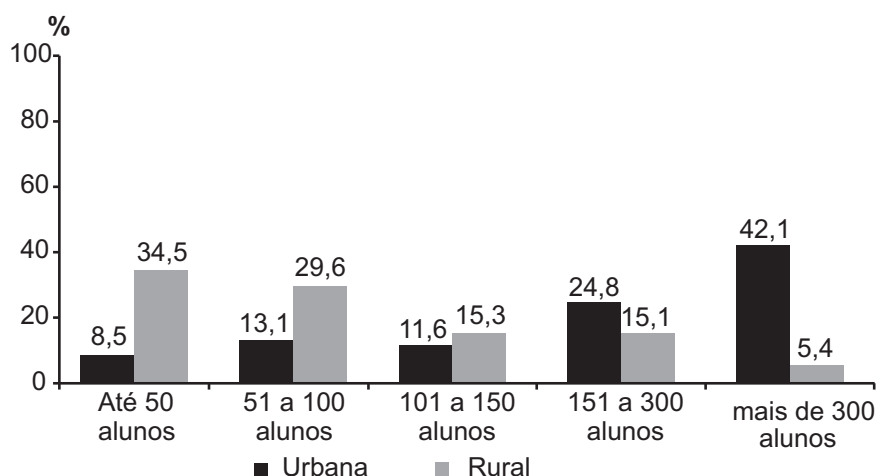


Gráfico 5 – Percentual de estabelecimentos que oferecem o ensino fundamental – 5ª a 8ª série, por tamanho da escola e localização – Brasil – 2005

No ensino médio, o número de estabelecimentos e a oferta de matrículas na área rural praticamente dobraram no período 2000/2005, com o número de estabelecimentos passando de 679 para 1.377 e o número de matrículas, que em 2000 era de apenas 99.775, chegando em 206.905 em 2005 (Tabela 10). Apesar da expansão do número de escolas e de um crescimento percentual expressivo nas matrículas, é evidente que o quadro de carência da oferta ainda está longe de ser superado, principalmente se considerarmos a demanda potencial represada.

Em relação à organização das escolas de educação básica na área rural, em especial aquelas que oferecem o ensino fundamental, o Censo Escolar 2005 mostrou que 59% são formadas, exclusivamente, por turmas multisseriadas ou unidocentes. Essas escolas atendem 1.371.930 alunos, o equivalente a 24% das matrículas, resultando em turmas com, aproximadamente, 26 alunos. Cerca de 20% das escolas rurais são seriadas e concentram pouco mais da metade das matrículas. As demais são escolas mistas (multisseriadas e seriadas), que respondem por um quarto das matrículas (Tabela 11 e Gráfico 6).

As classes multisseriadas têm alunos de diferentes séries e níveis em uma mesma sala de aula, independente do número de professores responsável pela classe. A unidocência ocorre quando um único professor é responsável pela condução do desenvolvimento de uma classe multisseriada. Embora possa acontecer de uma escola ou classe ser multisseriada e ter mais de um professor, as escolas multisseriadas do campo contam, na quase totalidade dos casos, com apenas um professor, o que torna unidocência e multisseriação termos equivalentes.

Os professores das escolas multisseriadas, além da atividade docente, acumulam outras tarefas administrativas voltadas para a manutenção da unidade escolar, chegando, na maioria das vezes, a ter que conciliar as atividades de limpeza com o preparo da merenda escolar. A situação que se coloca quanto à adequação das turmas multisseriadas é bastante delicada. Apesar de a primeira impressão ser negativa, em termos do processo ensino-aprendizagem, torna-se importante a consideração do contexto no qual estão inseridas.

Algumas experiências têm demonstrado que o problema das turmas multisseriadas está na ausência de uma capacitação específica dos professores envolvidos, na falta de material pedagógico

adequado e, principalmente, na ausência de uma infra-estrutura básica – material e de recursos humanos – que favoreça a atividade docente e garanta a efetividade do processo de ensino-aprendizagem. Investindo nesses aspectos, as turmas multisseriadas poderiam se transformar numa boa alternativa para o meio rural, atendendo os anseios da população em dispor de uma escola próxima do local de moradia dos alunos, sem prejuízo da qualidade do ensino ofertado, especificamente no caso das séries iniciais do ensino fundamental.

Tabela 11 – Número de estabelecimentos e de matrículas segundo o tipo de organização do ensino fundamental – Brasil Rural – 2002/2005

Forma de organização	Estabelecimento		Matrícula	
	2002	2005	2002	2005
Ensino Fundamental - 1ª a 8ª série	100.967	90.413	6.236.447	5.799.387
- Exclusivamente multisseriada	61.927	53.700	1.681.562	1.371.930
- Exclusivamente seriada	19.455	18.446	3.035.459	2.986.209
- Mista (multisseriada e seriada)	19.585	18.267	1.519.426	1.441.248

Fonte: MEC/Inep. Tabela elaborada pela DTDIE.

No entanto, o quadro atual revela as dificuldades enfrentadas pelas escolas multisseriadas.⁵ De um lado está a precariedade da estrutura física e, de outro, a falta de condições e a sobrecarga de trabalho dos professores, gerando alta rotatividade desses profissionais, o que possivelmente interfere no processo de ensino/aprendizagem. Geralmente aqueles com uma formação inadequada permanecem em escolas isoladas e unidocentes até o momento em que adquirem maior escolaridade, quando pedem remoção para a cidade.

26

Em reconhecimento à importância da escola multisseriada para a universalização do ensino nas áreas rurais, caracterizadas por baixa densidade demográfica, o Ministério da Educação propôs, em 2006, a realização de cursos de licenciatura em educação do campo, definindo os termos de formação docente por área de conhecimento e não mais por disciplina. Trata-se de iniciativa recente e ainda em pequena escala, sendo os cursos realizados por universidades públicas mediante repasse de recursos pelo Ministério da Educação.

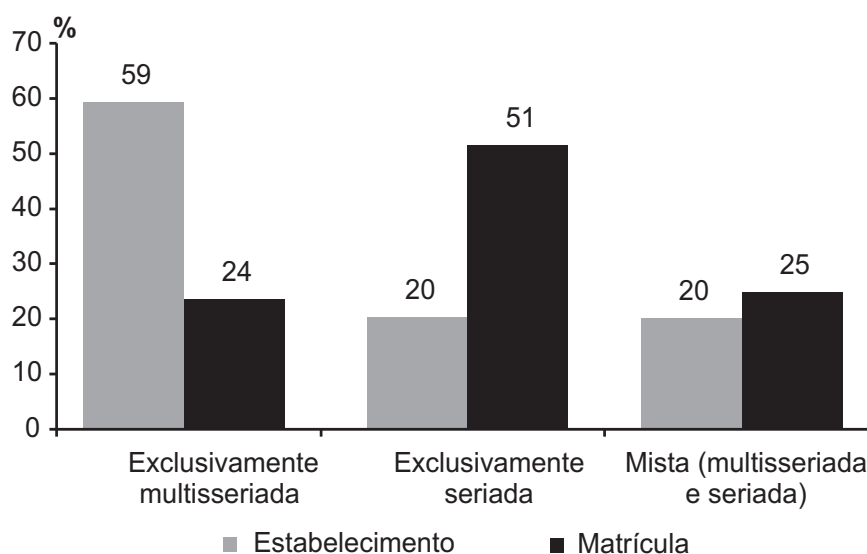


Gráfico 6 – Distribuição percentual de estabelecimentos e matrículas do ensino fundamental da zona rural, segundo o tipo de organização – Brasil – 2005

⁵ Ver, entre outros, Silva, L; Morais, T. e Bof, A. (2003)

Além disso, nas escolas rurais os salários tendem a ser menores e acabam se constituindo mais um elemento que determina a intensa rotatividade desses profissionais da educação. A conjugação desses fatores contribui para o baixo desempenho e a queda nos índices de permanência dos alunos na escola.

O processo de municipalização ou “prefeiturização” do ensino fundamental, estimulado pela implantação do Fundef, foi particularmente acentuado no meio rural. De acordo com o Censo Escolar 2005, 93% dos estabelecimentos da zona rural que ministram o ensino fundamental de 1ª a 4ª série pertencem às redes municipais. A participação das redes municipais também é majoritária na oferta do ensino fundamental de 5ª a 8ª, correspondendo a 81,2% dos estabelecimentos rurais.

No ensino médio ocorre situação diferente, com predomínio das redes estaduais, que respondem por 71,6% dos estabelecimentos. Mas mesmo neste nível de ensino, que está sob responsabilidade dos Estados, os municípios têm uma presença importante. De fato, 20,2% das escolas de ensino médio na área rural pertencem às redes municipais (Tabela 12 e Gráfico 7).

Tabela 12 – Número de estabelecimentos e de matrículas por dependência administrativa, segundo o nível de ensino e localização – Brasil – 2000/2005

Nível de Ensino/Localização	Total		Dependência Administrativa							
			Federal		Estadual		Municipal		Privada	
	2002	2005	2002	2005	2002	2005	2002	2005	2002	2005
Ensino Fundamental - 1ª a 4ª										
Urbana										
Estabelecimentos	61.105	61.068	18	19	16.551	14.359	26.810	28.716	17.726	17.974
Matrículas	14.534.402	14.318.867	6.951	7.019	4.793.498	3.915.430	8.068.163	8.608.330	1.665.790	1.788.088
Rural										
Estabelecimentos	100.084	88.955	5	2	7.013	5.592	92.713	83.057	353	304
Matrículas	4.845.985	4.146.638	151	504	373.205	309.201	4.447.275	3.812.322	25.354	24.611
Ensino Fundamental - 5ª a 8ª										
Urbana										
Estabelecimentos	40.149	41.952	32	33	19.163	18.987	10.837	12.058	10.117	10.874
Matrículas	14.297.182	13.416.307	18.926	17.997	8.718.203	7.595.268	4.029.891	4.252.047	1.530.162	1.550.995
Rural										
Estabelecimentos	13.336	15.764	3	3	2.830	2.825	10.363	12.794	140	142
Matrículas	1.472.793	1.652.749	394	208	351.114	325.595	1.107.814	1.313.871	13.471	13.075
Ensino Médio										
Urbana										
Estabelecimentos	20.356	22.184	119	122	13.115	14.651	657	494	6.465	6.917
Matrículas	8.568.480	8.824.397	66.885	56.464	7.201.756	7.528.326	184.761	149.917	1.115.078	1.089.690
Rural										
Estabelecimentos	948	1.377	46	39	643	986	191	278	68	74
Matrículas	142.104	206.905	12.989	12.187	95.423	154.669	25.870	32.150	7.822	7.899

Fonte: MEC / Inep. Tabela elaborada pela DTDIE.

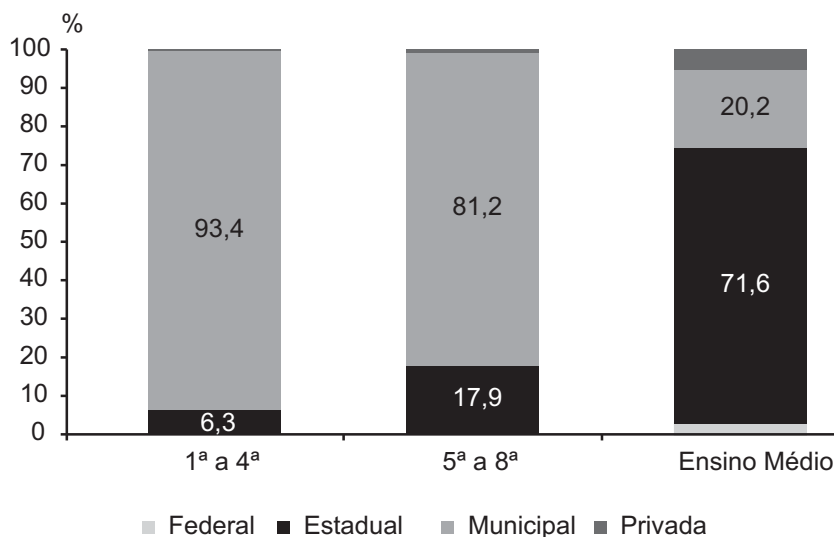


Gráfico 7 – Distribuição percentual de estabelecimentos por dependência administrativa – Brasil – Rural – 2005

A rede privada tem uma presença pequena na zona rural: são 304 estabelecimentos que oferecem as séries iniciais do ensino fundamental e atendem 24.611 alunos; 142 estabelecimentos que oferecem as séries finais do ensino fundamental e atendem 13.075 alunos; e 74 estabelecimentos que atendem 7.899 alunos do ensino médio. No caso do ensino médio da rede federal, os 39 estabelecimentos de ensino chegam a atender 12.187 alunos.

7. As condições de funcionamento das escolas rurais

As escolas rurais apresentam características físicas e dispõem de infra-estrutura bastante distinta daquelas observadas nas escolas urbanas. Em termos dos recursos disponíveis, a situação das escolas da área rural ainda é bastante precária. Conforme mostra a Tabela 13, serviços e insumos básicos presentes na maioria das escolas urbanas são escassos ou inexistentes nas escolas rurais. Por exemplo, enquanto 75,9% dos estabelecimentos urbanos estão equipados com microcomputadores, apenas 4,2% dos estabelecimentos rurais de ensino contam com este recurso. Equipamentos como biblioteca, laboratório e quadras de esporte não fazem parte da realidade das escolas rurais (Tabela 13 e Gráfico 8).

Tabela 13 – Percentual de estabelecimentos e de matrículas do Ensino Fundamental por localização segundo a infra-estrutura disponível na escola – Brasil – 2002/2005

Infra-Estrutura disponível na escola	Ensino Fundamental							
	Estabelecimentos (%)				Matrículas (%)			
	Urbana		Rural		Urbana		Rural	
	2002	2005	2002	2005	2002	2005	2002	2005
Biblioteca	58,6	48,2	5,2	6,1	65,4	51,5	15,5	16,9
Laboratório de Informática	27,9	36,1	0,5	1,4	32,7	43,2	2,2	5,3
Laboratório de Ciências	18,3	19,2	0,5	0,7	23,3	23,8	1,7	2,3
Quadra de Esportes	50,7	53,8	4,0	5,6	63,0	65,0	12,2	15,2
Sala para TV/Vídeo	38,6	40,3	2,2	2,6	44,0	44,1	7,3	7,5
TV/Vídeo/Parabólica	56,1	45,9	10,0	9,0	71,3	56,6	30,4	24,2
Microcomputadores	66,0	75,9	4,2	7,4	75,4	84,3	14,3	22,4
Acesso à Internet	29,6	43,6	0,4	1,1	36,0	51,9	1,6	4,3
Água	99,8	100,0	96,4	98,9	99,9	100,0	97,7	99,4
Energia Elétrica	99,8	99,9	58,3	71,5	100,0	100,0	77,9	86,8
Esgoto	99,6	99,8	78,3	84,5	99,7	99,9	88,0	92,3
Sanitário	97,2	99,5	79,2	87,0	97,5	99,7	87,6	93,7

Fonte: MEC/Inep. Tabela elaborada pelo Inep/DTDIE.

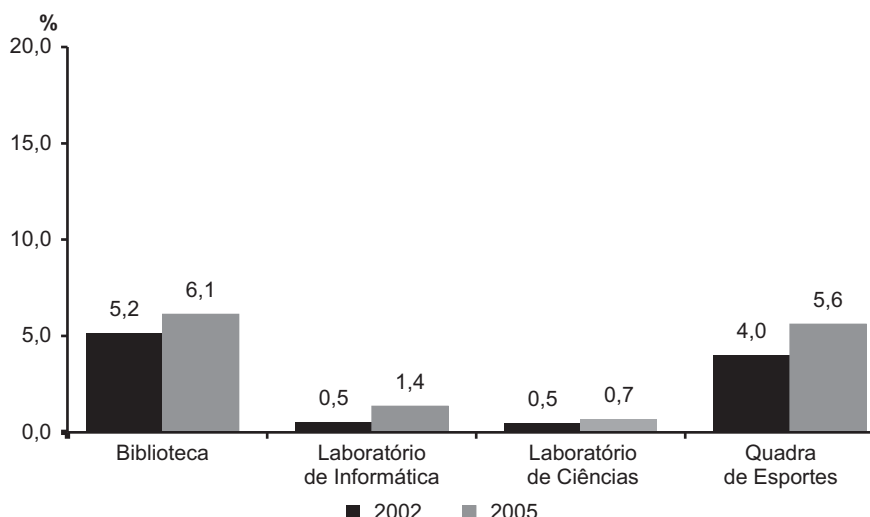


Gráfico 8 – Percentual de estabelecimentos que oferecem o ensino fundamental segundo as dependências disponíveis na escola – Brasil – Rural – 2002/2005

A precariedade na infra-estrutura afeta, no caso da inexistência de energia elétrica, aproximadamente 766 mil alunos do ensino fundamental. A impossibilidade de ter acesso a uma biblioteca contribui de forma negativa para o aprendizado de cerca de 4,8 milhões. As tecnologias educacionais não chegaram à expressiva maioria das escolas da área rural, privando os alunos de oportunidades de aprendizagem mediante o uso de televisão, vídeo e Internet (Gráfico 9).

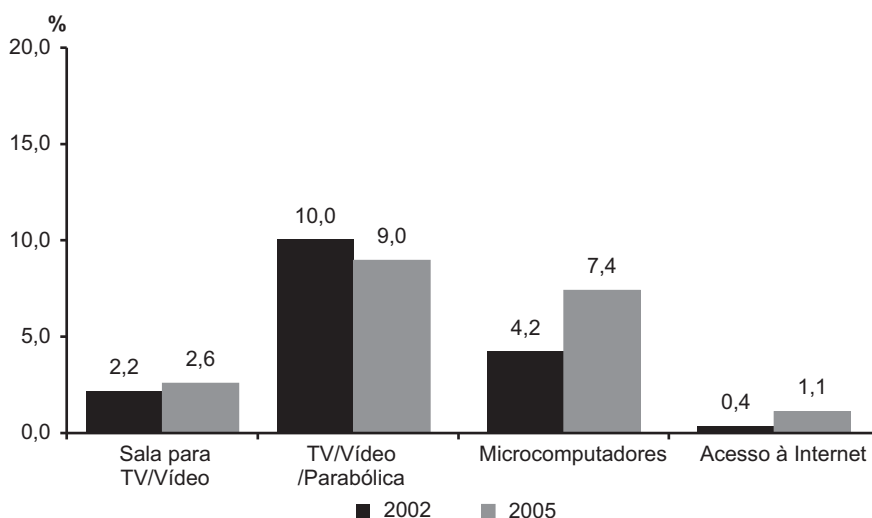


Gráfico 9 – Percentual de estabelecimentos que oferecem o ensino fundamental segundo as facilidades de informática disponíveis na escola – Brasil – Rural – 2002/2005

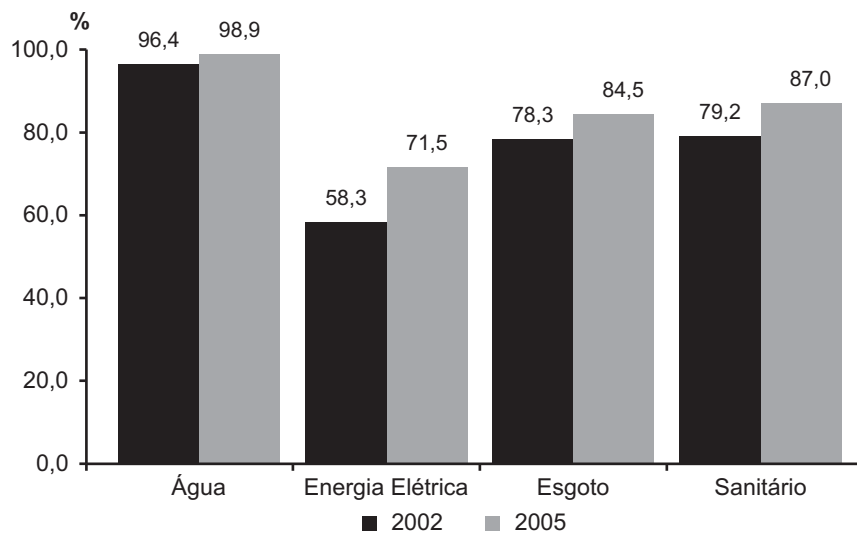


Gráfico 10 – Percentual de estabelecimentos que oferecem o ensino fundamental segundo o acesso aos serviços básicos pela escola – Brasil – Rural – 2002/2005

8. O perfil dos professores

Pesquisas realizadas no Brasil e em outros países têm comprovado que o professor é decisivo para o sucesso da aprendizagem dos alunos; apesar desse consenso, as condições de trabalho dos profissionais do magistério permanecem precárias. No caso específico da área rural, além da baixa qualificação e dos salários inferiores aos da zona urbana, eles enfrentam, entre outros problemas, sobrecarga de trabalho, alta rotatividade e dificuldades de acesso à escola, em função das condições das estradas e da falta de ajuda de custo para locomoção.

O nível de escolaridade dos professores revela, mais uma vez, a condição de carência da zona rural. No ensino fundamental de 1ª a 4ª série, apenas 21,6% dos professores das escolas rurais têm formação superior, enquanto nas escolas urbanas esse contingente representa 56,4% dos docentes. O que é mais preocupante, no entanto, é a existência de 6.913 funções docentes sendo exercidas por professores que têm apenas o ensino fundamental e que, portanto, não dispõem da habilitação mínima para o desempenho de suas atividades. A maioria desses professores leigos atua nas Regiões Nordeste e Norte.

Um aspecto positivo a ser considerado é o fato de a proporção de professores leigos atuando no ensino fundamental de 1ª a 4ª, na área rural, ter declinado acentuadamente no período de 2002 a 2005. De fato, este grupo diminuiu de 8,3% para 3,4% do total de professores em exercício nas escolas rurais. No entanto, deve-se considerar ainda como leigos aqueles professores que, apesar de terem formação em nível médio, não são portadores de diploma de ensino médio normal (Tabelas 14 e 15 e Gráfico 11).

Tabela 14 – Número de funções docentes por grau de formação e localização segundo o nível de ensino Brasil e Grandes – Regiões – 2005

Região geográfica	Total		Funções Docentes por Grau de Formação (%)					
			Até Fundamental		Médio Completo		Superior Completo	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Ensino Fundamental - 1ª a 4ª								
Brasil	615.745	205.820	2.913	6.913	265.426	154.349	347.406	44.558
Norte	44.992	33.426	176	1.846	27.299	28.444	17.517	3.136
Nordeste	152.709	112.919	1.539	3.797	89.822	90.501	61.348	18.621
Sudeste	273.078	31.828	658	449	104.793	20.695	167.627	10.684
Sul	93.926	20.134	416	408	29.179	10.547	64.331	9.179
Centro-Oeste	51.040	7.513	124	413	14.333	4.162	36.583	2.938
Ensino Fundamental - 5ª a 8ª								
Brasil	742.285	106.534	93	187	92.569	49.728	649.623	56.619
Norte	44.974	15.658	4	60	9.914	9.830	35.056	5.768
Nordeste	185.657	50.956	66	57	49.227	29.664	136.364	21.235
Sudeste	335.726	16.214	16	14	17.633	4.686	318.077	11.514
Sul	117.254	17.879	1	22	8.845	3.224	108.408	14.633
Centro-Oeste	58.674	5.827	6	34	6.950	2.324	51.718	3.469
Ensino Médio								
Brasil	493.601	14.822	7	5	20.524	1.676	473.070	13.141
Norte	29.268	1.823	1	5	978	359	28.289	1.459
Nordeste	115.045	5.114	3	0	9.726	869	105.316	4.245
Sudeste	236.700	4.057	0	0	5.086	197	231.614	3.860
Sul	77.326	2.590	0	0	2.788	121	74.538	2.469
Centro-Oeste	35.262	1.238	3	0	1.946	130	33.313	1.108

Fonte: MEC/Inep. Tabela elaborada pela DTDIE.

Tabela 15 – Taxa de docentes por grau de formação segundo o nível de atuação e localização – Brasil – 2002/2005

Nível de atuação / localização	Percentual de Docentes por grau de Formação					
	Até Fundamental		Médio Completo		Superior Completo	
	2002	2005	2002	2005	2002	2005
Ensino Fundamental 1ª a 4ª						
Urbana	0,8	0,5	61,1	43,1	38,1	56,4
Rural	8,3	3,4	82,9	75,0	8,8	21,6
Ensino Fundamental 5ª a 8ª						
Urbana	0,2	0,0	20,7	12,5	79,1	87,5
Rural	0,8	0,2	56,8	46,7	42,4	53,1
Ensino Médio						
Urbana	0,1	0,0	10,4	4,2	89,5	95,8
Rural	0,2	0,0	21,8	11,3	78,0	88,7

Fonte: MEC/Inep. Tabela elaborada pela DTDIE.

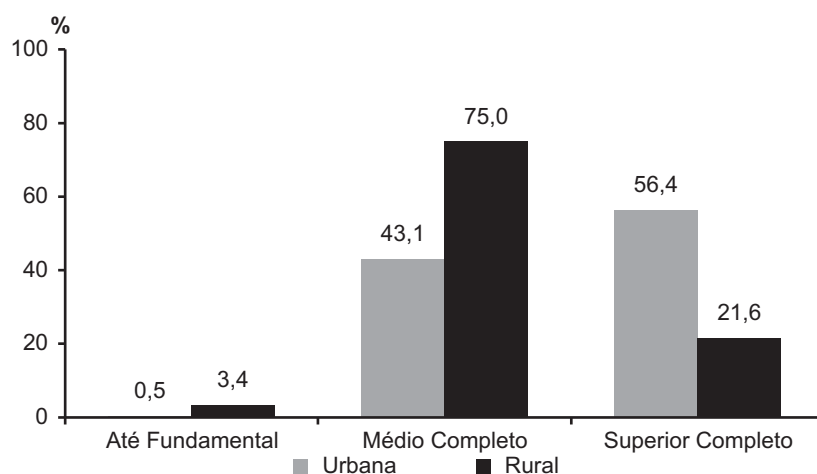


Gráfico 11 – Percentual de docentes que atuam nas séries iniciais (1ª a 4ª série) do ensino fundamental por grau de formação e localização – Brasil – 2005

Nas séries finais do ensino fundamental, o percentual de docentes com apenas o ensino médio completo corresponde a 46,7% do total (Tabela 15 e Gráfico 12).

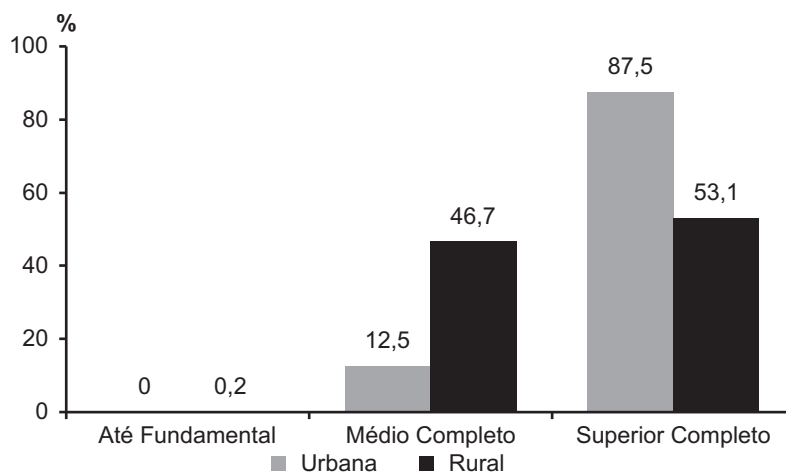


Gráfico 12 – Percentual de docentes que atuam nas séries finais (5ª a 8ª série) do ensino fundamental por grau de formação e localização – Brasil – 2005

O nível de formação dos docentes do ensino médio também reforça a questão de desigualdade entre a educação básica oferecida à população da zona rural e a da zona urbana. Apesar de uma rede física bastante reduzida, com 14.822 docentes que atuam em 1.377 estabelecimentos, 11,3% têm escolaridade de nível médio, ou seja, 1.676 funções docentes são exercidas por profissionais que atuam no nível de ensino correspondente à sua escolaridade. Pela legislação em vigor, estes professores não estão habilitados para atuarem no ensino médio (Tabelas 14 e 15 e Gráfico 13).

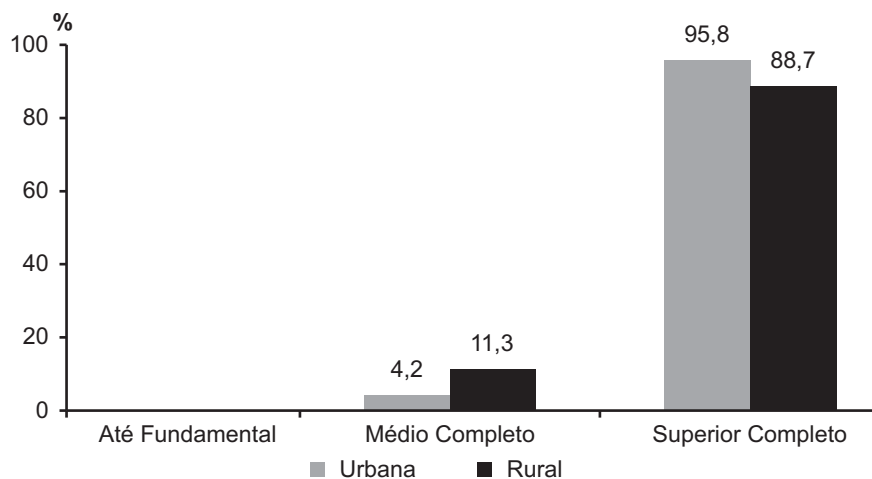


Gráfico 13 – Percentual de docentes que atuam no ensino médio por grau de formação e localização – Brasil – 2005

O Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica de 2003 mostra que a remuneração dos professores das áreas rurais é bem inferior àquela percebida pelos seus colegas que lecionam em escolas urbanas. No ensino fundamental, os professores em exercício na área rural recebem praticamente a metade do salário dos que atuam na área urbana. Nas séries iniciais, o salário médio é de R\$ 452,00 na área rural e de R\$ 766,10 na área urbana.

Já nas séries finais, os professores de escolas rurais recebem em média R\$ 558,60, ao passo que seus pares de escolas urbanas têm um salário médio de R\$ 907,00. A situação só se equipara no ensino médio, onde os salários médios são praticamente equivalentes: R\$ 1.077,40 na área rural e R\$ 1.059,40 na área urbana (Tabela 16).

**Tabela 16 – Salário médio dos professores por localização segundo o nível de atuação
– Brasil – 2003**

Nível de atuação	Salário médio (R\$)	
	Urbana	Rural
Ensino Fundamental		
- Séries iniciais	766,1	452,0
- Séries finais	907,0	558,6
Ensino Médio	1.059,4	1.077,4

Fonte: MEC/Inep – Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica
Tabela elaborada por Inep/DTDIE.

Resumindo todas essas estatísticas, existem 354.316 professores atuando na educação básica do campo, e eles representam 15% dos profissionais em exercício no País. São, em sua grande maioria, os menos qualificados e os que recebem os menores salários.

Diante deste quadro, é evidente a necessidade do estabelecimento de uma política que valorize os profissionais da educação do campo. É oportuno destacar a necessidade de ações efetivas focadas na expansão do quadro, na formação profissional adequada e na formação continuada, considerando projetos pedagógicos específicos e uma melhoria salarial que estimule a permanência de profissionais qualificados em sala de aula nas escolas rurais.

9. O transporte escolar

O Censo Escolar incorporou, a partir de 2002, o levantamento de dados relativos ao transporte escolar público estadual e municipal. Naquele ano foi apurado o atendimento para 3.557.765 alunos do ensino fundamental e do ensino médio residentes na zona rural. Em 2005, o número de alunos atendidos subiu para 4.205.204. Deste total, 61,9% são transportados para escolas localizadas na zona urbana e 38,1%, para escolas rurais. Em 2002 estes percentuais eram de 67% e 33%, respectivamente, o que demonstra que a oferta de transporte escolar está lentamente mudando seu perfil.

A oferta do transporte escolar tem sido objeto de um debate intenso, pois, enquanto os movimentos sociais e uma série de políticas governamentais buscam fixar o trabalhador rural no campo e assegurar a posse da terra para aqueles que a desejem cultivar, o transporte escolar atua em sentido inverso, levando o filho deste trabalhador para os núcleos urbanos.

Por outro lado, cabe avaliar se essas escolas urbanas para onde os alunos residentes na área rural estão sendo transportados estão localizadas em municípios com características “realmente urbanas” ou “meandros rurais imprecisos ou ambíguos” (Veiga, 2002) – Tabela 17.

No caso do ensino fundamental de 1ª a 4ª série, das 1.371.058 crianças atendidas em 2005, somente 42,6% são transportadas para escolas localizadas na área urbana. Esse percentual aumenta nas séries finais do ensino fundamental. Dos 1.992.224 alunos residentes na zona rural atendidos pelo transporte escolar público, 62,4% tiveram como destino uma escola urbana, sugerindo a carência de escolas rurais que oferecem ensino de 5ª a 8ª série.

Tabela 17 – Alunos residentes na área rural que utilizam transporte escolar oferecido pelos poderes públicos (estadual ou municipal) por localização da escola segundo o nível de ensino – Brasil e Grandes Regiões – 2002/2005

Regiões Geográficas	Alunos residentes em área rural que utilizam transporte escolar oferecido pelos poderes públicos estadual ou municipal					
	Total		Localização da escola			
			Urbana		Rural	
	2002	2005	2002	2005	2002	2005
Ensino Fundamental - 1ª a 4ª série						
Brasil	1.146.451	1.371.058	559.000	584.507	587.451	786.551
Norte	91.760	166.759	18.028	24.868	73.732	141.891
Nordeste	297.003	393.616	131.295	139.413	165.708	254.203
Sudeste	336.150	383.988	189.538	210.967	146.612	173.021
Sul	316.590	293.896	162.861	138.631	153.729	155.265
Centro-Oeste	104.948	132.799	57.278	70.628	47.670	62.171
Ensino Fundamental - 5ª a 8ª série						
Brasil	1.814.715	1.992.224	1.249.645	1.242.752	565.070	749.472
Norte	87.954	153.210	32.914	50.115	55.040	103.095
Nordeste	834.876	952.206	577.470	579.479	257.406	372.727
Sudeste	423.021	442.234	332.203	342.721	90.818	99.513
Sul	368.819	327.912	241.362	199.383	127.457	128.529
Centro-Oeste	100.045	116.662	65.696	71.054	34.349	45.608
Ensino Médio						
Brasil	596.599	841.922	557.885	774.295	38.714	67.627
Norte	19.317	42.274	15.392	35.723	3.925	6.551
Nordeste	255.776	429.305	238.726	397.570	17.050	31.735
Sudeste	156.427	201.788	149.703	188.781	6.724	13.007
Sul	139.376	132.044	130.983	121.017	8.393	11.027
Centro-Oeste	25.703	36.511	23.081	31.204	2.622	5.307

Fonte: MEC/Inep. Tabela elaborada por Inep/DTDIE.

O mais grave deste processo é que, como mostram estudos na área, os alunos da zona rural, ao continuarem seus estudos numa escola urbana, passam por uma dura vivência de preconceito que muitas vezes os leva ao abandono escolar (Brancaleoni, 2002). Nesse crescente de carências, a situação do ensino médio já não surpreende, com os dados revelando que 92% daqueles atendidos pelo transporte escolar público frequentam escolas urbanas (Gráficos 14 e 15).

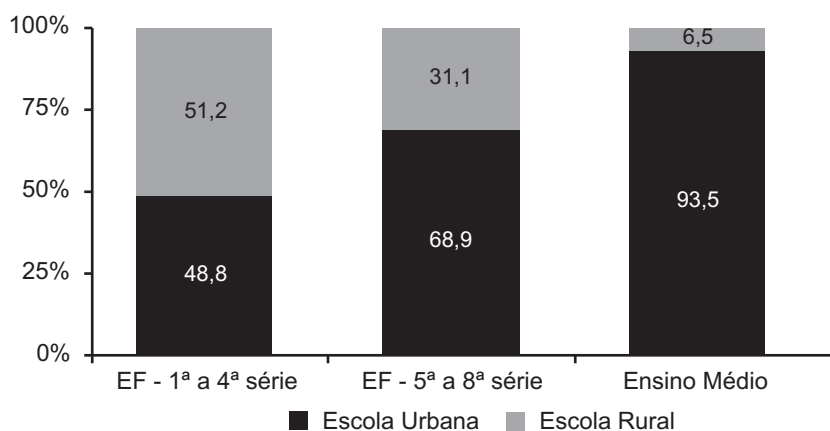


Gráfico 14 – Distribuição percentual dos alunos residentes na área rural que utilizam transporte escolar oferecido pelos poderes públicos (estadual ou municipal) por nível de ensino segundo a localização da escola – Brasil – 2002

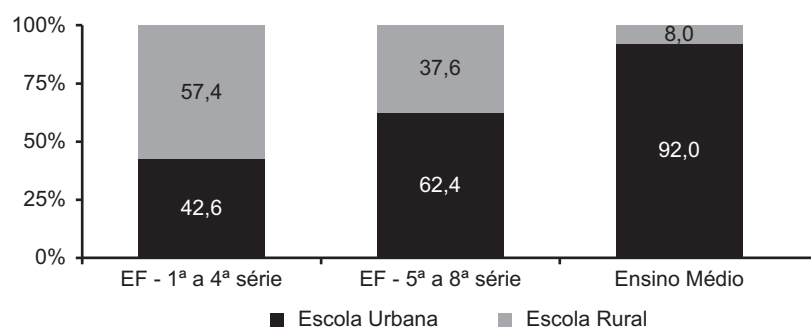


Gráfico 15 – Distribuição percentual dos alunos residentes na área rural que utilizam transporte escolar oferecido pelos poderes públicos (estadual ou municipal) por nível de ensino segundo a localização da escola – Brasil – 2005

10. Conclusão

Os dados e indicadores apresentados revelam um quadro já conhecido de debilidades e carências na infra-estrutura escolar e nas condições de oferta educacional no campo. Todas as comparações colocam a população da área rural em franca desvantagem em relação à população da área urbana quanto ao acesso à educação e à qualidade do ensino. Embora o País tenha alcançado nos últimos anos importantes avanços na ampliação da cobertura escolar, notadamente na faixa etária de 7 a 14 anos, persistem acentuados déficits de eficiência e qualidade, conforme demonstram os indicadores de fluxo escolar (promoção, repetência e evasão) e os resultados do Saeb.

Os contrastes observados entre as escolas da área rural e as escolas da área urbana servem apenas para realçar as deficiências crônicas que afetam a educação do campo. Um dos objetivos centrais da política educacional é assegurar equidade nas condições de oferta educacional no campo e na cidade. O desafio, no entanto, não é simplesmente promover a equiparação das condições de oferta, tomando por base o atual padrão das escolas urbanas, isso porque os indicadores educacionais na área urbana, embora melhores do que aqueles verificados no campo, permanecem em patamares muito baixos, o que tem sido evidenciado pelas avaliações conduzidas pelo Inep.

Para que sejam alcançados padrões mínimos de qualidade, as escolas da área rural deverão receber atenção especial. A criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) representa um passo importante para o equacionamento das disparidades que persistem entre o Brasil urbano e o Brasil rural, entre as redes de ensino e entre as diferentes regiões do País. É importante ressaltar que os 96.557 estabelecimentos de educação básica localizados na área rural atendem 7.647.738 estudantes – de acordo com o Censo Escolar 2005 (Tabela 9).

A construção de uma política educacional nacional que assegure a esses brasileiros o direito a uma educação de qualidade e, ao mesmo tempo, respeite a diversidade cultural e reconheça a

realidade diferenciada do campo, de forma a garantir o atendimento adequado das necessidades educativas das pessoas que ali vivem e trabalham, constitui-se um imperativo para o desenvolvimento sustentável, com inclusão e justiça social. Além de responder às reivindicações históricas dos movimentos sociais do campo, o fortalecimento da educação do campo é uma exigência da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A efetivação de uma política pública de Educação do Campo impõe-se, ainda, como uma exigência para o cumprimento dos objetivos e metas traçados pelo Plano Nacional de Educação (PNE), bem como para a implementação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, fixadas pelo Conselho Nacional de Educação por meio da Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002.

Diante do alto grau de descentralização do sistema educacional brasileiro, das acentuadas disparidades regionais e das vulnerabilidades sociais e econômicas que atingem as comunidades rurais, o quadro de fragilidades e carências na infra-estrutura escolar e nas condições de oferta educacional no campo só poderá ser superado mediante a ação coordenada das três esferas de governo. A valorização da educação deve constituir estratégia central para uma política efetiva de inclusão social, geração de emprego e renda e desenvolvimento sustentável do campo. A riqueza de experiências de educação no campo, em desenvolvimento nas diferentes regiões do País, deve ser reconhecida e valorizada.

Mudar o panorama da educação no campo é um dos maiores desafios educacionais que o Brasil tem pela frente.

11. Referências bibliográficas

ARROYO, Miguel; FERNANDES, B. M. *A educação básica e o movimento social do campo*. São Paulo: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999.

BRANCALEONI, Ana Paula Leivar. *Do rural ao urbano: o processo de adaptação dos alunos de um assentamento rural à escola urbana*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, FFCLRP, São Paulo, 2002.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário/SAF/Condraf. *Referências para um programa territorial de desenvolvimento sustentável*. Brasília: DGF, 2003.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CANO, Ignácio. *O aprendizado na educação rural do Brasil: uma análise dos dados obtidos pelas avaliações estaduais*. Rio de Janeiro: UERJ, [s. d.].

CAVALIERI, C. H. *A contribuição das crianças para a renda familiar: uma avaliação para as áreas rurais brasileiras*.

CONTAG. *Texto para reflexão e proposição ao Caderno de Subsídio*. Brasília: GPT, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – 1979-1999*. 1999. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

GOVERNO DO ACRE. *Parecer Estadual de Educação. Parecer nº 25/2002 que dispõe sobre as diretrizes operacionais para a educação básica no meio rural*. Rio Branco, 2002.

JESUS, Sonia Merie S. A. de. *Navegar é preciso, viver é traduzir rumos: rotas do MST*. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

KOLLING, E. J.; NERY, Israel; MOLINA, Mônica C. (Orgs.). *Por uma educação básica do campo* (memória). Brasília: Editora da UnB, 1999.

MOLINA, Mônica C. *A contribuição do programa nacional de educação na reforma agrária para a promoção do desenvolvimento sustentável*. Brasília, 2003.

SILVA, L. H.; MORAIS, T.; BOF, A. *A educação no meio rural do Brasil: revisão da literatura*. Programa de Estudos sobre a Educação Rural/do Campo no Brasil. Brasília, 2003.

VEIGA, José E. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. *Revista Estudos Avançados*, Brasília, v. 15, n. 43, p. 101-119, 2001.

